

QUEM É O HISTORIADOR?

José Antonio Vasconcelos

Na maioria das vezes estudamos História no ensino fundamental e médio fazendo uso de manuais didáticos. Embora os textos didáticos sejam realmente instrumentos importantes e facilitadores da aprendizagem, às vezes nos fica a impressão de que o conhecimento histórico é algo “natural”, que já existe de modo pronto e acabado, ou que sua produção se dá de forma espontânea e não problemática. Trata-se, porém, de uma interpretação equivocada. Escrever História implica em seguir procedimentos rigorosos, resolver problemas complicados, muitas vezes a partir de uma documentação escassa ou de difícil entendimento, debater questões, submeter-se a críticas, encontrar financiamento para a pesquisa e submeter textos a pareceristas de editoras para uma eventual publicação.

Mas antes de respondermos a questão “Como se faz História?”, devemos responder a uma outra, talvez ainda mais importante e mais complexa: “Por que escrevemos História?”

POR QUE ESCREVEMOS HISTÓRIA?

A História é construída a partir de um processo de investigação que visa, na medida do possível, o máximo de objetividade na apresentação de seus resultados. Isso significa, em princípio, duas coisas: em primeiro lugar, a pesquisa histórica não se reduz à mera apresentação de fatos, mas envolve a resolução de problemas que o historiador procura resolver a partir de uma hipótese de trabalho; em segundo lugar, a História, diferente da ficção, tem um comprometimento com a veracidade daquilo que procura representar. Em outras palavras, a tarefa do historiador é a de produzir um relato que, ao mesmo tempo

em que resolva um enigma do passado, o faça por meio de um relato que corresponda o mais fielmente possível ao que de fato ocorreu.

Devemos, porém, ter em mente que a recuperação do passado não se faz em prol das pessoas do passado, mas sim do presente. É para entender melhor nossa situação atual que nos lançamos ao estudo de povos que viveram em outras épocas. Nesse sentido, não podemos perder de vista que as questões a serem solucionadas pela pesquisa histórica são aquelas formuladas aqui e agora, de acordo com nossas preocupações presentes. Tomemos um exemplo de como isso acontece: na década de 1960 emergiu uma série de movimentos sociais de contestação à ordem estabelecida; foi nessa época também que os estudos de História começaram a dar mais atenção ao modo de vida das minorias sociais no passado, como mulheres e negros. Mera coincidência? É claro que não. A luta por igualdade de direitos para mulheres e negros na década de 1960 inspirou os intelectuais naquela época a procurarem no passado formas de resistência à dominação que explicassem sua condição presente.

Outro exemplo: na primeira metade do século XIX o país que conhecemos pelo nome de “Alemanha” não existia ainda. Havia, isto sim, um conjunto de reinos independentes na Europa central cujas populações possuíam semelhanças étnicas e linguísticas. Muitos líderes políticos e intelectuais da época visavam a integração desses reinos num Estado nacional moderno. Historiadores influentes da época se encontravam em sintonia com essa sensibilidade, priorizando assim os acontecimentos relativos à formação do Estado. Em outras palavras, esses historiadores alemães tomavam como tema de seus estudos aquilo que eles não tinham, mas desejavam possuir, aquilo que eles não eram ainda, mas tencionavam ser. O desejo *presente* desses historiadores é que os motivava a resgatar elementos do *passado*.

Ernst Cassirer, um filósofo alemão da primeira metade do século XX, certa vez escreveu que “o conhecimento histórico é a resposta a perguntas definidas, que tem de ser dadas pelo passado; mas as próprias perguntas são colocadas e ditadas pelo presente – por nossos interesses intelectuais presentes

e por nossas necessidades morais e sociais presentes.”¹ Essa conexão entre o presente e o passado é imprescindível para que possamos dar sentido ao conhecimento histórico. A História ilumina o presente, mas é o presente que torna a História significativa.

OS ELEMENTOS DA PESQUISA HISTORIOGRÁFICA

A pesquisa historiográfica, estritamente falando, é aquela desenvolvida por historiadores profissionais que receberam formação acadêmica nesse sentido e conhecem as regras e procedimentos para uma investigação rigorosa sobre aspectos do passado. Mas há também muitas pessoas que investigam o passado sem necessariamente seguirem os mesmos métodos ou procedimentos de pesquisa. O que diferencia um caso do outro?

Começemos com um exemplo: o jornalista americano Alex Haley, afrodescendente, decidiu fazer uma pesquisa sobre o passado de sua família e chegou à sétima geração de ancestrais, remontando a Kunta Kinte, um ancestral remoto, que foi sequestrado na Gâmbia e levado por mercadores de escravos negros para ser vendido em Maryland, nos Estados Unidos, em 1767. A partir das informações colhidas em diversas fontes – jornais, documentos de arquivos, entrevistas e inclusive uma visita à Gâmbia – Haley escreveu e publicou um romance intitulado *Roots* (“Negras Raízes”, na tradução para o português). A repercussão da obra foi enorme, inspirando inclusive a produção de uma minissérie de televisão de enorme sucesso na década de 1970.

Apesar de todos os seus méritos, o romance de Haley não se enquadra como pesquisa historiográfica acadêmica. Em primeiro lugar, Haley tem um comprometimento explícito com determinado posicionamento político ideológico: ele quer expor as injustiças sociais cometidas no passado por uma sociedade racista e escravocrata e denunciar a permanência dessas injustiças sob novas roupagens no presente. Esse comprometimento, em si mesmo, não é contrário à

¹ Ernst Cassirer, **Antropologia Filosófica**, São Paulo : Mestre Jou, 1977, p. 282.

prática do historiador, pois este é um sujeito de valores, e esses valores podem e devem estar sempre presentes em seus escritos. Mas o problema é que em Haley os aspectos políticos e ideológicos ocupam o primeiro plano, e a verdade histórica se torna uma função desses aspectos. O historiador profissional, por outro lado, tem de se ater a procedimentos padronizados que podem oferecer resultados até mesmo contrários a seus próprios valores. Em outras palavras, historiador “amador” – como é o caso de Haley – sente liberdade para “distorcer” os dados da pesquisa de acordo com seus interesses, enquanto o historiador profissional não tem essa liberdade: por meio de uma metodologia apropriada, ele deve apresentar resultados que possam se submeter à crítica da comunidade científica.

Em segundo lugar, Haley recolhe os dados de sua pesquisa de maneira acrítica. Por exemplo, quando viaja à Gâmbia ele toma contato com um velho contador de histórias numa vila que lhe conta as aventuras de seu ancestral, Kunta Kinte. Haley reproduz em seu romance todas as histórias que ouviu, mas em que medida o relato do velho contador de histórias africano pode ser realmente confiável? Afinal, tratava-se de uma sociedade sem escrita, e as histórias eram passadas de geração em geração. Certamente a narrativa relativa a Kunta Kinte teria sofrido alterações ao longo dos séculos, mesclando-se com lendas ou histórias similares. Como sabê-lo? Analisando a narrativa do velho contador de Histórias de forma crítica, utilizando os procedimentos heurísticos desenvolvidos pela historiografia profissional.

Em terceiro lugar, por mais minuciosa que tenha sido sua pesquisa, Haley não levantou dados em quantidade suficiente para escrever um livro de centenas de páginas. Muito do que ele escreveu veio não das fontes de pesquisa, mas de sua própria imaginação. O historiador, em certa medida, também faz isso: entre um elemento e outro da investigação histórica às vezes existem “lacunas” e cabe ao historiador preenchê-las, imaginando o que poderia ter se passado entre um acontecimento e o outro. Mas enquanto Haley narra tudo como se fosse verdade, o historiador, pelo contrário, tem de

permanentemente esclarecer o leitor quando apresenta fatos e quando apresenta palpites.

Tomemos agora um exemplo de uma produção historiográfica acadêmica: o livro *O Retorno de Martin Guerre*, da historiadora canadense Natalie Z. Davis. A obra tem como objeto um caso ocorrido no século XVI: um camponês chamado Arnaud du Tihl havia sido levado a julgamento, acusado de se fazer passar Martin Guerre, um habitante da vila de Artigat, no sudoeste da França. Martin Guerre havia desaparecido em 1548, abandonando sua mulher, Bertrande de Rols, e retornado em 1556, retomando suas propriedades e sua vida conjugal. Mas, apesar de aceito pela mulher, familiares e população local em geral, pesavam desconfianças sobre sua verdadeira identidade. O “novo” Martin Guerre parecia diferente, em muitos aspectos, daquele que havia deixado a vila alguns anos antes. Porém, foi decisivo o fato de que um soldado, de passagem pela região, e que havia conhecido Martin Guerre durante uma batalha, declarou que este havia sido ferido e tido sua perna amputada. Finalmente, em 1560, o verdadeiro Martin Guerre reapareceu, com uma perna de madeira, e o impostor Arnaud du Tihl foi condenado à forca.

Tal como Haley em relação à História de sua Família, Natalie Z. Davis empreendeu um amplo levantamento de fontes em sua investigação acerca do caso de Martin Guerre: os autos do processo, escritos da época, comentários de grandes escritores sobre o episódio, tradições orais etc. Mas, diferente de Haley, Davis não tomou tudo o que leu como verdade, e cada fragmento de evidência foi colocado à prova antes de ser aceito. Contradições e ambiguidades foram questionadas e resolvidas antes que a historiadora incorporasse as informações obtidas a partir das fontes.

Também como Haley, Davis escreveu tendo em vista seus valores, em particular seu comprometimento com uma ideologia feminista. Nesse sentido, Davis tece em seu livro considerações sobre a situação em que vivia Bertrande, esposa de Martin Guerre, uma mulher casada, sem marido, mas que não poderia contrair novo matrimônio por causa da moral católica, determinante na época. Davis arrisca dizer que Bertrande tacitamente ou mesmo explicitamente

foi conivente com a fraude, pois Armand a tratava bem. Além disso, argumenta Davis, seria impossível que ela confundisse seu marido com outra pessoa, por mais parecida que fosse. Porém, é importante notar que todas essas especulações são apresentadas no livro de Davis justamente como são: especulações, e não evidências, palpites, e não fatos. Como historiadora acadêmica Davis tem toda a liberdade de expressar suas opiniões e valores, desde que deixe explícito o que conta como evidência histórica e o que conta como opinião da pesquisadora. O historiador profissional tem de ter em vista que seu público leitor é composto por outros historiadores, que avaliarão seu trabalho pautando-se pelas normas estabelecidas pela profissão e pela academia. Tanto assim que a própria Natalie Davis foi duramente criticada em um artigo escrito pelo influente historiador estadunidense Perez Zagorin, e por isso escreveu uma réplica, rebatendo as críticas. Como podemos perceber, os resultados de uma pesquisa acadêmica em História nem sempre são consensuais, mas devem sempre poder ser debatidos de forma lógica e argumentativa.

A partir desses dois exemplos, portanto, podemos dizer que o trabalho do historiador envolve vários fatores. Em primeiro lugar, devemos admitir que a pesquisa histórica se articula com a vivência dos próprios historiadores, de seus valores e de seus comprometimentos ideológicos. Em segundo lugar, a pesquisa envolve os pressupostos epistemológicos do pesquisador, isto é, os critérios por meio dos quais algo pode ou não contar como evidência em sua pesquisa. Em terceiro lugar, devemos considerar o vocabulário específico que o historiador utiliza e que determina a que público sua pesquisa se destina. Em quarto lugar estão os procedimentos de pesquisa: procedimentos diferentes sobre o mesmo objeto, podem nos levar a resultados também diferentes. Em quinto lugar devemos considerar as próprias fontes utilizadas pelo historiador: às vezes a ausência de um documento pode comprometer a validade de toda a argumentação, assim como o surgimento de uma nova evidência pode nos levar a conclusões inesperadas. Em sexto lugar está a fluência do pesquisador numa determinada língua estrangeira: o conhecimento de idiomas pode favorecer o

contato do historiador com um número maior de fontes ou incrementar seu contato com outros historiadores de outras partes do mundo.

Finalmente, devemos considerar ainda a própria apresentação do resultado de pesquisa, que se dá geralmente na forma de um livro ou artigo acadêmico. Muitas vezes, para conseguir ter seu material publicado, o historiador tem de se adequar às normas das editoras e periódicos especializados e não raro ter de se submeter às opiniões de pareceristas, o que afeta decisivamente o que o pesquisador apresenta como resultado final de pesquisa. Como podemos perceber, portanto, a atividade do historiador envolve uma complexa rede de fatores que devem ser levados em conta quando se empreende uma pesquisa historiográfica.

EM SÍNTESE

No estudo da História, principiamos nossas reflexões tomando por base duas questões inter-relacionadas: *como* e *por que* estudamos História? A História tenciona se constituir como um relato fiel ao que de fato aconteceu no passado, na medida em que isso seja possível.

Escrevemos História porque o conhecimento do passado é importante para compreendermos quem somos no presente. Desse modo, embora a História lide com o passado, ela procura responder questões formuladas no presente, a partir dos valores e interesses ditados pelo presente do Historiador. Isso porque a história, longe de reduzir a uma coleção de antiguidades, procura no passado uma compreensão das sociedades no tempo de modo a tornar significativa nossa existência presente.

A História, embora interesse a todos, encontra no historiador acadêmico seu interlocutor preferencial. Isto porque, em sua prática de pesquisa, o historiador deve adequar seus procedimentos a uma série de normas que possibilitam que seus resultados sejam apresentados de forma objetiva. Isso não significa dizer que o historiador se abstém de juízos de valor ou de se

posicionar ideologicamente em face de seus objetos de pesquisa. Não, essa suposta neutralidade epistemológica, mesmo que fosse possível, seria indesejável. Mas devemos ter em mente que a pesquisa historiográfica profissional se dirige a um público especializado e exigente, de modo que o trabalho do historiador tem de ser permanentemente crítico de si mesmo.